

Simulado Preparatório – Prova Mérito 2018 | Parte 2

Publicações Institucionais e Legislação conforme Resolução SE 49, de 3/8/2018

1 - A Constituição Federal, publicada em 1988, dispõe sobre a questão da igualdade e afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Essa garantia estende-se:

- (A) A todos os brasileiros residentes no país.
- (B) Aos brasileiros residentes no país e aos que residem fora do país.
- (C) Aos brasileiros e aos estrangeiros, se estiverem devidamente regularizados.
- (D) Aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país.
- (E) Aos brasileiros e aos estrangeiros maiores de idade.

2 - Sobre a educação, a Constituição federal determina: “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração”...

- (A) Das instituições sociais responsáveis pela educação pública e gratuita e da família.
- (B) Da família e da escola visando ao desenvolvimento do aluno e sua qualificação para o trabalho.
- (C) Da escola e da sociedade, visando ao preparo para o mercado de trabalho e a sua inserção social.
- (D) Das instituições sociais responsáveis pela transmissão da cultura e do conhecimento acumulado pela humanidade.
- (E) Da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

3 - O parágrafo terceiro do artigo 208 da Constituição Federal atribui ao Poder Público a competência para recensear os educandos:

- (A) No ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
- (B) No ensino médio, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais, pelo desenvolvimento da aprendizagem e a apuração da frequência escolar.
- (C) No ensino fundamental e médio, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
- (D) No ensino fundamental e zelar pela aprendizagem dos alunos informando aos pais os resultados da aprendizagem.
- (E) Na educação infantil, ensino fundamental e médio e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência dos alunos.

4 - A Constituição Federal determina que a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios organizarão os seus sistemas de ensino em regime:

- (A) De participação.
- (B) De concessão com os entes federativos
- (C) De comunhão com a União, os Estados e os Municípios
- (D) De colaboração.
- (E) De colaboração com as instituições escolares.

5 - A Constituição Federal determina que os recursos públicos serão destinados:

- (A) Exclusivamente às escolas públicas.
- (B) Às escolas públicas e às privadas definidas em lei.
- (C) Às escolas públicas, podendo ser dirigido a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas definidas em lei.
- (D) À educação básica e ao ensino superior.
- (E) Às escolas públicas e às filantrópicas que ofereçam a educação básica.

6 - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. E afirma que a educação escolar deverá vincular-se:

- (A) Ao mundo do trabalho e à prática social.
- (B) Ao mercado de trabalho e à formação de mão de obra especializada.
- (C) Ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento da cidadania.
- (D) À aprendizagem do aluno e ao desenvolvimento da cidadania.
- (E) À prática social e ao mundo do trabalho.

7 - O artigo segundo da LDB 9.394/96, estabelece que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade:

- (A) O pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania.
- (B) A formação do educando, o exercício da cidadania e o preparo para o mercado de trabalho.
- (C) O pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- (D) O preparo para a formação do trabalho, e sua qualificação para o exercício da cidadania.
- (E) O pleno desenvolvimento intelectual, qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania.

8 - O artigo treze da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional estabelece as incumbências dos docentes, a saber:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Assinale a alternativa correta.

- (A) III, IV, V, VI
- (B) I, II, V, VI
- (C) II, III, IV, V, VI
- (D) III, IV, V, IV
- (E) I, II, III, IV, V, VI

9 - O artigo trinta e três da LDB 9.394/96 dispõe sobre o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão; assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo, constitui disciplina:

- (A) Dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- (B) Do horário das aulas do aluno do ensino fundamental.
- (C) Do currículo do ensino fundamental.
- (D) Do horário de aulas do ensino fundamental e médio.
- (E) Dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental e médio.

10 - De acordo com a LDB 9.394/96, a oferta de educação especial tem início:

- (A) No ensino fundamental e médio, extensiva ao ensino superior
- (B) No ensino fundamental e médio.
- (C) Na educação básica.
- (D) Na educação infantil e estende-se ao longo da vida.
- (E) Na educação básica e no ensino superior.

11 - O artigo 18A do ECA afirma que a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos:

- (A) Pais, pelos integrantes da família ampliada.
- (B) Pelos responsáveis,
- (C) Pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas.
- (D) Ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

12 - Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo:

- (A) A preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
- (B) A preservação da imagem, da cultura, dos valores familiares e sociais.
- (C) A dignidade do ser em formação, seus valores e sua cultura.
- (D) A preservação da vida, da dignidade e integridade física.
- (E) Nenhuma alternativa está correta.

13 - O parágrafo único do artigo 18A do ECA define castigo físico como a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

- (A) Sofrimento físico com lesões corporais graves.
- (B) Qualquer sofrimento físico ou psíquico causados a qualquer criança ou adolescente.
- (C) Forma cruel de tratamento, sem distinção racial.
- (D) Sofrimento físico ou lesão.
- (E) Todas as alternativas estão incorretas.

14 - Segundo o ECA, considera-se tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

- (A) Humilhe; ou ameace gravemente; ou ridicularize.
- (B) Ridicularize impedindo qualquer tipo de reação emocional.
- (C) Coloque-o em situação vexatória diante dos colegas.
- (D) Ameace, ou amedronte, mesmo de forma esporádica,
- (E) Humilhe, ou ameace, ou amedronte.

15 - O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I - Maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III - elevados níveis de repetência.
- IV – indisciplina recorrente do aluno
- V – comportamento inadequado dos alunos, pais ou responsáveis.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I, III, V
- (B) I, II, III,
- (C) III, IV, V
- (D) I, IV, V
- (E) II, IV, V

16- Os objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) são acesso, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/ superdotação nas escolas regulares e, para que estes objetivos sejam alcançados os Sistemas de Ensino deverão garantir:

- I. Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.
- II. Atendimento educacional especializado – aee.
- III. Formação de professores para o aee e demais profissionais da educação para a inclusão escolar.
- IV. Inclusão dos alunos público alvo da educação especial nas classes de escolarização substitutiva com métodos e técnicas adaptadas.
- V. Participação da família e da comunidade.
- VI. Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação.
- VII. Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II, III, VI, VII
- (B) I, II, III, IV, V, VI
- (C) I, III, VI, VII
- (D) I, III, IV, V, VI, VII
- (E) I, II, III, V, VI, VII

17- No documento federal intitulado Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), são considerados alunos com deficiência aqueles que:

- (A) Apresentam acentuadas dificuldades de aprendizagem.
- (B) Apresentam transtornos funcionais específicos tais como dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros.
- (C) Apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, além de um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.
- (D) Têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.
- (E) Demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes.

18- A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva considera que a educação inclusiva é uma ação política, cultural,

social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Nesse sentido, dentre os objetivos previstos na referida política, encontra-se promover:

- (A) A educação especial, organizada de forma paralela à educação comum, como a maneira mais apropriada para o atendimento de alunos com deficiência.
- (B) A escolarização da pessoa com deficiência na educação básica, com prioridade e com desenvolvimento de um currículo funcional.
- (C) A transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.
- (D) A individualização dos programas escolares, adaptando os currículos e os objetivos educacionais.
- (E) O acesso da pessoa portadora de deficiência aos espaços públicos e equipamentos, contornando os obstáculos existentes.

19- Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a educação especial é:

- (A) Uma proposta de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com deficiências e disfunções.
- (B) Uma etapa de ensino que deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrar os alunos com deficiência na comunidade.
- (C) Uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.
- (D) Específica para atender crianças e jovens que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular para a matrícula e para os superdotados.
- (E) Específica para crianças e jovens com deficiência que possuam condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais.

20- O Atendimento Educacional Especializado – AEE e recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

Indique a alternativa que completa o fragmento retirado da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

- (A) Identifica, elabora e organiza.
- (B) Identifica, coordena e organiza.
- (C) Identifica, analisa e organiza.
- (D) Propõe, avalia e adquire.
- (E) Provê, avalia e sugere.

21- Julgue os itens abaixo à luz da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos das pessoas com deficiência:

I - O propósito dessa Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.

II - Pessoas com deficiência, para essa convenção, são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual e auditiva, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

III - É um princípio da Convenção o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade.

IV - Os Estados Parte signatários desta Convenção se comprometem a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência por meio de medidas legislativas e administrativas dentre outras.

Está incorreto apenas o contido no item:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) I e IV.

22- Analise a situação apresentada abaixo:

Um banco de investimentos abriu vagas para 2 postos de trabalho e estabeleceu os pré-requisitos a seguir:

- Curso de engenharia de produção;
- Pós-graduação em gestão de processos;
- Pós-graduação em gestão de pessoas;
- Experiência mínima de 3 anos em gestão de pessoas.
- Fluência em inglês.

Rodrigo, um rapaz cadeirante, tinha todos os requisitos e ainda outros cursos relevantes, além de ter trabalhado durante 4 anos fora do país, o que enriquecia o currículo, agregando experiência internacional para o profissional e para a empresa contratante.

A seleção seria realizada em 3 etapas. A primeira a análise de currículos, sendo que aqueles e aquelas que tivessem seus currículos selecionados participariam da segunda etapa que consistiria numa entrevista por vídeoconferência e somente os 4 melhores candidatos seriam encaminhados para a entrevista com o gestor.

No dia da entrevista, o gestor parabenizou os candidatos e deu início às entrevistas individuais. André, Rose e Luiza foram entrevistados pelo gestor e Rodrigo foi entrevistado por um assistente da área de recursos humanos da empresa.

André e Rose foram contemplados com as vagas.

Sob a luz da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, você entende que pode ter ocorrido:

- (A) Falta de pré-requisitos exigidos.
- (B) Falta de sorte.
- (C) Falta de empatia com o entrevistador.
- (D) Discriminação com base na deficiência.
- (E) Absolutamente nada. O mundo corporativo é assim mesmo.

23- O Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução nº 01 de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e tem como meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática e tem como objetivo:

- (A) Exclusivamente a divulgação e produção de conhecimentos.
- (B) inserir no currículo da educação básica assuntos correlatos.
- (C) Disseminar os aspectos legais referentes à discriminação nas aulas de sociologia.
- (D) A divulgação e produção de conhecimentos, de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial e o respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.
- (E) Trabalhar temas que dizem respeito à população afrodescendente para os alunos do Ensino Médio, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros.

24- A Resolução CNE/CP 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-Racial e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, estabelece que o ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica deve ser realizado no(s) componente(s) curricular(es):

- (A) História do Brasil.
- (B) Literatura.
- (C) Educação Artística e História do Brasil.
- (D) História do Brasil e Literatura.
- (E) Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

25- De acordo com as discussões relacionadas à diversidade étnico-racial, pode-se dizer que a escola tem o papel de:

I- Reconhecer e resgatar a história e cultura afro-brasileira e africana como condição para a construção da identidade étnico-racial brasileira.

II- Combater as relações preconceituosas e discriminatórias.

III- Ser um espaço de apropriação de saberes e desconstrução das hierarquias entre as culturas.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- (A) II
- (B) I e II
- (C) I e III
- (D) II e III
- (E) I, II e III

26- Leia o fragmento extraído da Resolução CNE/CEB nº 04/2010.

“As experiências escolares que se desenvolvem em torno do conhecimento, buscando articular as vivências dos alunos com os conhecimentos acumulados que contribuem para construir suas identidades.”

O fragmento acima apresenta o conceito de:

- (A) Autonomia.
- (B) Currículo.
- (C) Conhecimento.
- (D) Multiculturalismo.
- (E) Planejamento.

27- A Resolução CNE/CEB nº 04/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, explicita no art. 21 as etapas correspondentes a diferentes momentos constitutivos do desenvolvimento educacional, quais sejam:

- (A) Educação Infantil (Creche, para crianças até 3 anos e 11 meses e Pré-escola, com duração de 2 anos), Ensino Fundamental (com duração de 9 anos e organizado em duas fases: 5 anos iniciais e 4 anos finais) e Ensino Médio (com duração mínima de 3 anos).
- (B) Creche (para crianças até 3 anos e 11 meses), Pré-Escola (com duração de 2 anos, para crianças entre 4 e 5 anos) e Ensino Fundamental (organizado em duas etapas de 5 e 4 anos cada uma).
- (C) Pré-Escola (com duração mínima de 3 anos), Ensino Fundamental (organizado em duas etapas: a dos 4 anos iniciais e a dos 5 anos finais) e Ensino Médio (com duração mínima de 3 anos).
- (D) Ensino Fundamental (com duração de 9 anos e organizado em duas fases de 5 e 4 anos, respectivamente), Ensino Médio (com duração mínima de 3 anos) e Ensino Superior (com diferentes durações, dependendo do curso).
- (E) Anos iniciais do Ensino Fundamental, (com 5 anos de duração, voltados a estudantes de 6 a 10 anos de idade, anos finais do Ensino Fundamental, com 4 anos de duração, voltados a estudantes de 11 a 14 anos) e Ensino Médio, (com 3 anos de duração).

28- A almejada qualidade social da educação escolar pública, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, resulta da garantia de pleno acesso, inclusão, permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso. Diante disso, é correto afirmar, com base em seu artigo 8º, que qualidade social é:

- (A) Resultado das políticas sociais implementadas a partir do ano 2000.
- (B) Uma conquista de todos os sujeitos do processo educativo.
- (C) Decorrente do avanço do capitalismo que exige mão de obra qualificada.
- (D) Mérito de uma gestão/administração escolar comprometida com a igualdade.
- (E) Uma utopia surgida nos anos 90 e, ainda, sem frutos concretos.

29- A Resolução CNE/CEB nº 04/2010 destaca que é necessário recuperar, para a função social da Educação Básica, sua centralidade, que é o educando, pessoa em formação em sua essência humana. Para isso, indica que, nesse nível da educação brasileira, o atendimento educacional de zero a dezessete anos deve considerar:

- (A) a presença, no currículo, de educação moral e religiosa.
- (B) a responsabilidade da família para a aprendizagem.
- (C) a inseparabilidade das dimensões do cuidar e do educar.
- (D) a colaboração financeira, à escola pública, pelas famílias abastadas.
- (E) a vinculação dos conteúdos curriculares com o preparo profissional.

30- Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 04/2010, “a concepção de educação deve orientar a institucionalização do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no contexto da estrutura federativa brasileira, em que convivem sistemas educacionais autônomos, para assegurar efetividade ao projeto da educação nacional, vencer a fragmentação das políticas públicas e superar a desarticulação institucional”. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais têm como objetivo:

- (A) sistematizar os princípios e as diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola.
- (B) oferecer orientações às escolas sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas a serem trabalhados em cada ano do ensino médio.
- (C) organizar documentos de subsídios adicionais, que oferecem informações e indicações para a elaboração de planos de aula das escolas.
- (D) subsidiar os professores oferecendo textos, organizados por componentes curriculares, para desenvolvimento dos conteúdos curriculares na busca da melhoria da qualidade da educação.
- (E) orientações, obrigatórias, que se configuram como um modelo curricular impositivo.

31- Direitos Humanos são reconhecidos como:

- (A) conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos.
- (B) conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais coletivos e difusos.
- (C) conjunto de necessidades dos cidadãos que devem ser respeitadas e atendidas para garantir direitos políticos e sociais a todas e todos.
- (D) conjunto de direitos civis, políticos, sociais, individuais ou transindividuais..
- (E) conjunto de direitos civis sociais, culturais, individuais, coletivos, transindividuais ou difusos.

32- A Educação em Direitos Humanos tem como finalidade promover a educação para a mudança e a transformação social e, tem por objetivo a formação para a vida e para a convivência, cabendoe a efetivação da Educação em Direitos Humanos.

- (A) às instituições parceiras e sistemas de ensino.
- (B) aos sistemas de ensino e corpo docente das unidades educacionais.
- (C) às Diretorias de Ensino e unidades educacionais.
- (D) aos sistemas de ensino e famílias.
- (E) aos sistemas de ensino e suas instituições.

33- A Educação em Direitos Humanos, trabalhada de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos:

- I. Projetos Político Pedagógicos e Regimentos Escolares.
- II. Planos de Desenvolvimento Institucionais.
- III. Diferentes programas que devem contemplar as pessoas com maiores possibilidades cognitivas.
- IV. Programas Pedagógicos de Curso oferecidos pelas Instituições de Educação Superior.
- V. Materiais didáticos e pedagógicos e diferentes processos de avaliação.

Não está correto o item:

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) IV
- (E) V

34- Ao matricular-se no ensino médio de uma escola pública estadual, um aluno solicitou ao diretor da escola, através de requerimento, a utilização de seu nome social. O diretor da escola, ao tomar conhecimento da solicitação e no uso de suas atribuições, se posicionou da seguinte forma:

- (A) levou a solicitação requerida pelo aluno à apreciação e decisão do Conselho de Escola.

- (B) encaminhou a solicitação ao Supervisor Escolar, para apreciação e deliberação.
- (C) Indeferiu o requerimento e orientou o aluno para que a solicitação fosse encaminhada à justiça comum para mudança do seu nome social.
- (D) Indeferiu o pedido e levou a solicitação requerida pelo aluno à apreciação e decisão da Diretoria de Ensino, para análise e orientações subsequentes.
- (E) deferiu o pedido, com base no Decreto nº 55.588/10 e promoveu, entre a equipe escolar, alunos, pais e responsáveis, orientações e esclarecimentos sobre a questão.

35- À luz do Decreto nº 55.588, de 17 de março de 2010, que dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo, analise as afirmativas e assinale a que não está de acordo com o que estabelece o referido documento legal.

- (A) a pessoa interessada indicará, no momento do preenchimento do cadastro ou ao se apresentar para o atendimento, o prenome que corresponda à forma pela qual se reconheça, é identificada, reconhecida e denominada por sua comunidade e em sua inserção social.
- (B) os servidores públicos deverão tratar a pessoa pelo prenome indicado, que constará dos atos escritos.
- (C) o prenome anotado no registro civil deve ser utilizado para os atos que ensejarão a emissão de documentos oficiais, acompanhado do prenome escolhido.
- (D) os documentos obrigatórios de identificação e de registro civil serão regidos pelo Decreto 55.588 de 2010.
- (E) os órgãos da Administração direta e as entidades da Administração indireta capacitarão seus servidores para o cumprimento do Decreto 55.588/10.

36- Os docentes da EE “Ignácio da Silva”, em horário de trabalho pedagógico, discutiram alguns conceitos e prescrições legais relativos ao atendimento de alunos com altas habilidades/superdotação, no campo acadêmico.

Com leituras e debates, chegaram à compreensão do que dispõe a Resolução SE nº 81/12, a qual explicita que os alunos com altas habilidades/superdotação, no campo acadêmico:

- (A) têm a possibilidade de matrícula em ano mais avançado, com aceleração/avanço de estudos compatível com seu desempenho escolar, independentemente de sua maturidade sócio-emocional, não podendo o avanço ultrapassar, em qualquer caso, 1(um) ano da sua idade ou do ano do segmento de ensino em que se encontrem matriculados.
- (B) devem ser matriculados em classes comuns e realizar as mesmas tarefas acadêmicas que os demais alunos, devendo desenvolver atividades lúdicas, quando sentirem desinteresse pelas aulas. Se o desinteresse persistir, eles terão novas atividades no contraturno das aulas regulares para seu melhor atendimento e realização de seu potencial.
- (C) são dotados de facilidade de aprendizagem, dominando rapidamente conceitos, procedimentos e habilidades. Por isso, devem ser matriculados em classes comuns e não serem atendidos pela Educação Especial, entretanto, podem usufruir do processo de aceleração, nos termos legais.

(D) tem a possibilidade de matrícula do aluno em ano mais avançado, compatível com seu desempenho escolar e sua maturidade sócio emocional, que não poderá ultrapassar 2 (dois) anos da sua idade ou do ano do segmento de ensino em que se encontre matriculado.

(E) podem ser atendidos pela Educação Especial, sempre articulada às atividades da classe comum em que estão matriculados, mas sem a possibilidade de aceleração/avanço que assegura matrícula em ano mais adiantado em cuja turma os alunos têm idade superior à sua, pois isso ocasionaria prejuízos ao aluno e acarretaria desajustes emocionais.

37- Os alunos com altas habilidades/ superdotação deverão ser matriculados em classes comuns do ensino fundamental ou médio das escolas estaduais, ficando-lhes assegurado atendimento escolar adequado à especificidade das necessidades educacionais. De acordo com a Resolução SE nº 81/2012, a matrícula inicial do aluno no ensino fundamental deverá ser realizada:

- (A) independentemente das avaliações psicológica e pedagógica, a matrícula deverá ocorrer sempre no 1º ano.
- (B) no ano mais adequado ao seu desenvolvimento acadêmico e para tanto deverá ser realizada avaliação pedagógica diagnóstica para analisar o conhecimento que o aluno possui.
- (C) provisoriamente no ano compatível com a idade do aluno, buscando equalizar idade série e após avaliação, reclassificar no ano mais adequado.
- (D) provisoriamente no 1º ano até a entrega do laudo médico que indicará a melhor classificação para o aluno.
- (E) esta decisão é atribuição do CAPE Regional.

38- Face ao disposto na Resolução SE nº 81/12 e após todos os procedimentos de avaliação realizados pela escola para aceleração de estudos e emissão do parecer conclusivo pelo Conselho de Escola/ Classe, os documentos seguem para Diretoria de Ensino para manifestação e aprovação dos Supervisores de Ensino da escola e do responsável pela Educação Especial, bem como para a homologação do Dirigente Regional de Ensino.

Tendo em vista este protocolo, qual o período em que a escola poderá realizar a matrícula de seus alunos no ano/série indicado?

- (A) até o final do 1º semestre.
- (B) até o final do 1º bimestre.
- (C) após reunião do Conselho de Classe.
- (D) a qualquer tempo.
- (E) somente no próximo ano letivo.

39- Conforme o que determina a Resolução SE nº 32/2013, o CAPE atuará de modo a garantir o suporte à inclusão educacional dos alunos com deficiência, altas habilidades ou superdotação e transtornos globais do desenvolvimento. Cabe ainda ao CAPE Regional, entre outras ações:

- (A) delegar para as escolas o trabalho e as responsabilidades de elaboração dos materiais adaptados para atender as necessidades dos alunos portadores de dislexia.

- (B) apresentar às escolas o levantamento das instituições de saúde e empregatícias para atendimentos e encaminhamentos dos alunos com deficiência, exigindo que as escolas façam parcerias com elas.
- (C) ministrar cursos de pós graduação - latu sensu, de especialização em Educação Especial para que professores possam atuar em escolas de educação básica ou em empresas públicas e privadas.
- (D) avaliar multiprofissionalmente os alunos, público-alvo da educação especial.
- (E) capacitar técnicos de empresas particulares para saberem lidar com funcionários portadores de deficiência e a aceitar os referidos funcionários no mesmo ambiente laborativo.

40- A Resolução SE nº 32/2013, que dispõe sobre as atribuições do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, em diretorias de ensino, define também qual professor que atuará no CAESP/CAPE, sendo este profissional:

- (A) Professor Coordenador de Sala Multifuncional para Deficientes.
- (B) Coordenador Pedagógico de Apoio à Inclusão.
- (C) Professor Coordenador de Acompanhamento à Inclusão.
- (D) Professor Coordenador de Turmas Especializadas.
- (E) Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico.

41- A Deliberação CEE nº 149/2016, reafirma que a educação especial é modalidade de ensino que integra a educação regular em todos os níveis, etapas e modalidades e deverá assegurar recursos e serviços educacionais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar o ensino regular. A referida Deliberação prevê diretrizes e ações abaixo elencadas com exceção de:

- (A) as escolas que integram o sistema estadual de ensino organizar-se-ão para o atendimento dos alunos público-alvo da educação especial, de modo a propiciar condições necessárias a uma educação de qualidade para todos.
- (B) o atendimento educacional dos alunos, público-alvo da educação especial, deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino.
- (C) as escolas que integram o sistema estadual de ensino deverão efetivar a matrícula no ensino regular dos alunos público-alvo da Educação Especial.
- (D) a educação especial deve ter início no ensino fundamental, sendo garantido todo o apoio necessário para sua aprendizagem.
- (E) as disposições necessárias ao atendimento dos alunos público-alvo da educação especial, inclusive nos casos de encaminhamento para instituição especializada, após avaliação multiprofissional e pedagógica, deverão estar previstas no Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica das escolas, respeitadas as normas do sistema de ensino e da LDB.

42- Diante da Deliberação CEE nº 149/2016, que estabelece normas para a Educação Especial no sistema estadual de ensino, no momento da organização das turmas, deve-se utilizar o seguinte critério:

- (A) realizar avaliação diagnóstica para definir em qual classe o aluno se encaixa melhor e onde não prejudicará o desenvolvimento acadêmico do grupo.

- (B) efetuar uma distribuição que garanta que não haverá um número maior para uma determinada classe impossibilitando a ação docente, pois o professor não poderá dar um atendimento de qualidade social para os demais alunos.
- (C) efetuar a distribuição ponderada dos alunos da educação especial pelas várias classes da fase escolar em que forem classificados, buscando a adequação entre idade e série/ano.
- (D) distribuir os alunos de acordo com sua faixa etária, visando ao bem estar do aluno e para que não sofra discriminação.
- (E) distribuir os alunos de acordo com sua faixa etária, visando ao bem estar do aluno e para que não sofra discriminação, e preferencialmente, para professores que tenham trabalhado com alunos com deficiência em anos anteriores.

43- De acordo com a Resolução SE nº 68/2017, são considerados público-alvo da Educação Especial alunos com:

- (A) deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.
- (B) deficiência, transtorno global do desenvolvimento, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação
- (C) deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
- (D) Deficiência física e mental, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.
- (E) deficiência, transtorno do espectro autista e surdocegos.

44- O AEE visa ao desenvolvimento de habilidades gerais e/ou específicas, que se viabilizam por ações de apoio, de caráter pedagógico complementar ou suplementar. O AEE se constitui em um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e de estratégias pedagógicas para:

- (A) reforçar os conteúdos trabalhados na sala de aula regular para a plena participação da pessoa com deficiência.
- (B) eliminar barreiras que possam impedir o desenvolvimento da aprendizagem e a plena participação da pessoa com deficiência em sua inserção social.
- (C) ensinar para as pessoas com limitações intelectuais linguagens e códigos aplicáveis, bem como o uso do Soroban visando à participação na escola e na sociedade.
- (D) eliminar barreiras que possam impedir o desenvolvimento social promovendo a plena participação da pessoa com deficiência em sua inserção social.
- (E) reforçar os conteúdos trabalhados na sala de aula regular e preparar materiais para serem utilizados pelos professores visando à inclusão.

45- De acordo com a Resolução SE nº 68/2017, as alternativas a seguir, à exceção de uma, apresentam as formas previstas de atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial. Assinale a forma de atendimento não prevista na referida Resolução.

- (A) Sala de Recursos.
- (B) Modalidade Itinerante.
- (C) Classe Regida por Professor Especializado – CRPE.
- (D) Classe Interina.
- (E) Instituições Especializadas que atuam na área da Educação Especial.

46- Conforme citado na Instrução CGEB de 14.01.15, a Lei Federal nº 12.764/12 (Lei Berenice Piana), que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada por:

- I. Deficiência na comunicação verbal e não verbal usada para interação social.
- II. Ausência de reciprocidade social.
- III. Falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento.
- IV. Deficiência intelectual.
- V. Comportamentos motores ou verbais estereotipados.
- VI. Comportamentos sensoriais incomuns.
- VII. Excessiva aderência a rotinas.
- VIII. Padrões de comportamento ritualizados.
- IX. Interesses restritos e fixos.

São corretas as afirmações:

- (A) I, III, V, VI, VII, VIII, IX
- (B) I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX
- (C) I, II, III, V, VI, VII, VIII
- (D) I, II, III, IV, V, VI, VII, IX
- (E) I, II, III, V, VI, VII, VIII, IX

47- Segundo a legislação brasileira, são consideradas pessoas com deficiência intelectual as que apresentam funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e, limitações associadas a 2 ou mais áreas de habilidades adaptativas. Indique a alternativa que não revela ser uma habilidade adaptativa:

- (A) Comunicação e habilidades sociais.
- (B) Excessiva aderência a rotinas e interesses fixos.
- (C) Habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.
- (D) Cuidado pessoal e saúde.
- (E) Utilização de recursos da comunidade e segurança.

48- José, aluno do 5º ano do Ensino Fundamental, tem uma grave deficiência intelectual associada à deficiência física e, esgotados os recursos para o atendimento do aluno na classe comum e no AEE, realizado no contraturno, os profissionais avaliaram que a melhor opção seria dar oportunidade do aluno de vivenciar um currículo funcional. A quem cabe a elaboração do currículo?

- (A) ao professor da Sala de Recursos.
- (B) ao professor da Sala de Recursos em parceria com o Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico.
- (C) ao Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico.
- (D) ao CAPE.
- (E) ao Professor que atua numa Classe Regida por Professor Especializado - CRPE

49- A matrícula de alunos com Transtorno do Espectro Autista e dos alunos com Deficiência Intelectual, em unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, seguirá os mesmos trâmites definidos para todos os alunos, e só poderão ter registrados em suas fichas individuais e no Sistema de Cadastro de Alunos a sua condição de aluno com Transtorno do Espectro Autista ou com Deficiência Intelectual após:

- (A) apresentação de laudo médico no caso de alunos com Transtorno do Espectro Autista e, avaliação psicológica no caso de alunos com Deficiência Intelectual.
- (B) avaliação inicial realizada pelo CAPE tanto para alunos com Transtorno do Espectro Autista quanto para alunos com Deficiência Intelectual.
- (C) avaliação inicial e apresentação de laudo médico, no caso de alunos com Transtorno do Espectro Autista e com Deficiência Intelectual.
- (D) avaliação inicial e apresentação de laudo médico; avaliação inicial e apresentação de avaliação psicológica, para alunos com Transtorno do Espectro Autista e alunos com deficiência intelectual, respectivamente.
- (E) avaliação inicial da aprendizagem no caso de alunos com Transtorno do Espectro Autista e com Deficiência Intelectual.

50- Conforme disciplinam as instruções da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica de 14.01.15, após a realização da avaliação inicial, o professor especialista deverá elaborar o Plano de Atendimento Individual - PAI, aos alunos com transtorno do espectro autista e para os alunos com deficiência intelectual. Este Plano de Atendimento representa:

- (A) instrumento para definição de metas e estratégias para atendimento dos alunos, a partir do processo inicial de avaliação e deve nortear as ações de acesso e de habilidades na Sala de Recursos, apontando o trabalho a ser desenvolvido com o aluno, a partir de suas potencialidades e necessidades.
- (B) representa um planejamento para nortear as ações do professor da Sala de Recursos e avaliar o aluno a fim de mensurar seus avanços frente à classe comum.
- (C) representa um planejamento para nortear as ações do professor da Sala de Recursos e da sala de aula comum e avaliar o aluno a fim de mensurar seus avanços frente aos demais alunos.
- (D) instrumento para definição de metas e estratégias para atendimento dos alunos na Sala de Recursos, apontando o trabalho a ser desenvolvido com cada aluno, a partir de suas potencialidades e necessidades com objetivo de nivelar os conhecimentos do grupo e possivelmente encaminhar o grupo todo para uma Classe Regida por Professor Especializado – CRPE.
- (E) instrumento para definição de metas e estratégias para atendimento dos alunos, a partir do processo inicial de avaliação, bem como de suas

potencialidades e necessidades em comparação com o desenvolvimento cognitivo previsto para o grupo da mesma faixa etária.

51- A avaliação do aluno com Transtorno do Espectro Autista e com Deficiência Intelectual na classe comum, obedecerá aos mesmos critérios gerais previstos no regimento escolar e nas normas vigentes da SEE, que dispõem sobre o registro do rendimento escolar dos alunos das escolas da Rede Estadual. No entanto essa avaliação deverá ter por base:

- (A) as adaptações que foram realizadas para o aluno.
- (B) os mesmos instrumentos oferecidos para os demais alunos da classe.
- (C) a premissa de que na rede estadual de ensino o registro da avaliação dos alunos com transtorno do espectro autista ou deficiência deve ser o suficiente para promoção.
- (D) as adaptações que foram feitas para o conjunto de alunos da classe.
- (E) a necessidade de realizar avaliação também para os alunos com autismo e deficiência intelectual para que eles não se sintam discriminados.

52- Os alunos com transtorno global do desenvolvimento e com deficiência que frequentam Classes Regidas por Professor Especializado, nas escolas da rede estadual de ensino, poderão fazer jus ao Certificado de Terminalidade Específica, conforme orientações constantes nos dispositivos legais pertinentes à questão em tela, desde que apresentem as seguintes condições:

- I. Atingiram a idade de 17 anos.
- II. Se beneficiaram do currículo funcional oferecido nas classes regidas por professor especializado.
- III. Apresentam significativa defasagem entre idade e série/ano.
- IV. Demandam apoio pervasivo/ permanente, constante e de alta intensidade para gerir sua vida, no caso de alunos com deficiência intelectual.
- V. Exigem apoio muito substancial de nível II e substancial de nível III segundo DSM – 5, e que, portanto apresentam inflexibilidade nos comportamentos constantes e grande dificuldade para gerir sua vida, no caso de alunos com transtorno do espectro autista.
- VI. Revelam esgotadas todas as possibilidades de avanço no âmbito escola e, portanto, no processo de escolarização.

Estão corretas as alternativas:

- (A) I, IV, V, VI
- (B) I, II, III, IV, VI
- (C) I, II, III, IV, V, VI
- (D) I, II, III, IV, V,
- (E) I, II, III, V, VI

DELIBERAÇÃO CEE 9/97 E INDICAÇÃO CEE 8/97

53 - conforme deliberação cee 9 de 1997 fica instituído, no sistema de ensino do estado de são paulo, o regime de progressão continuada no ensino fundamental. São verdadeiras as afirmações:

- I - O regime de progressão continuada pode ser organizado em um ou mais ciclos.
- II - No caso de opção por mais de um ciclo, devem ser adotadas providências para que a transição de um ciclo para outro se faça de forma a garantir a progressão continuada.
- III - O regime de progressão continuada deve garantir a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, o qual deve ser objeto de recuperação contínua e paralela, a partir de resultados periódicos parciais e, se necessário, no final de cada período letivo.
- IV - O objetivo central da progressão continuada é não permitir a reprovação.
- V - No regime de progressão continuada as escolas serão organizadas, obrigatoriamente em dois ciclos.

- (A) I, II, III
- (B) I, II, IV
- (C) I, IV, V
- (D) II, IV, V
- (E) II, III, V

DELIBERAÇÃO CEE 9/97 E INDICAÇÃO CEE 8/97

54 - O projeto educacional de implantação do regime de progressão continuada deverá especificar, entre outros aspectos, mecanismos que assegurem:

- I - Avaliação institucional interna e externa;
- II - Avaliações da aprendizagem ao longo do processo, conduzindo a uma avaliação contínua e cumulativa da aprendizagem do aluno, de modo a permitir a apreciação de seu desempenho em todo o ciclo;
- III - Atividades de reforço e de recuperação paralela e contínua ao longo do processo e, se necessárias, ao final de ciclo ou nível;
- IV - Meios alternativos de adaptação, de reforço, de reclassificação, de avanço, de reconhecimento, de aproveitamento e de aceleração de estudos;
- V - Nenhum controle da frequência dos alunos;
- VI - Meios alternativos de adaptação, de reforço, de reclassificação, de avanço, de reconhecimento, de aproveitamento e de aceleração de estudos.

São verdadeiras as afirmações:

- (A) I, III, IV, V
- (B) I, II, III, IV, VI
- (C) I, II, IV, V
- (D) I, II, III, V, VI
- (E) I, II, III, IV, V

DELIBERAÇÃO CEE 9/97 E INDICAÇÃO CEE 8/9

55 - O art. 4º da deliberação 9/97, com o fim de garantir a frequência mínima de 75% por parte de todos os alunos, determina que as escolas de ensino

fundamental devam, além daquelas medidas a serem adotadas no âmbito do próprio estabelecimento de ensino, tomar as seguintes providências:

- I - Alertar e manter informados os pais quanto às suas responsabilidades no tocante à educação dos filhos, inclusive no que se refere à frequência dos mesmos;
- II – Encaminhar o caso para a delegacia de polícia.
- III – Não permitir a entrada do aluno na escola a partir de um número elevado de faltas
- IV - Tomar as providências cabíveis, no âmbito da escola, junto aos alunos faltosos e respectivos professores;
- V - Encaminhar a relação dos alunos que excederem o limite de 25% de faltas às respectivas delegacias de ensino, para que estas solicitem a devida colaboração do ministério público, dos conselhos tutelares e do Condeca.

São falsas as afirmações:

- (A) I, IV
- (B) II, III
- (C) IV, V
- (D) I, V
- (E) I, II, III, IV, V

RESOLUÇÃO SE 27 DE 29/03/1996 - SARESP

56 - Fica instituído o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo, tendo como objetivos verificar o desempenho dos alunos nas séries do ensino fundamental e médio, bem como nos diferentes componentes curriculares, de modo a fornecer ao sistema de ensino, às equipes técnico-pedagógicas das Delegacias de Ensino e às Unidades Escolares informações que subsidiem:

- I) A capacitação dos recursos humanos do magistério;
- II) A reorientação da proposta pedagógica desses níveis de ensino, de modo a aprimorá-la;
- III) A viabilização da articulação dos resultados da avaliação com o planejamento escolar, a capacitação e o estabelecimento de metas para o projeto de cada escola, em especial a correção do fluxo escolar.
- IV) OS parâmetros para garantir a ampliação do número de reprovações da rede estadual.

Com base nessas informações, é possível afirmar:

- (A) Somente as afirmações I, II, III estão corretas
- (B) As afirmações I,II, III, IV estão corretas
- (C) Somente as afirmações I,II, IV estão corretas
- (D) Somente as afirmações II, III estão corretas
- (E) Somente as afirmações I,II estão corretas

LEI ESTADUAL 10.261 DE 28/10/1968 (STATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS)

57 - No Artigo 181 do Estatuto dos Funcionários Públicos fica definido que o funcionário poderá ser licenciado:

- I - Para tratamento de saúde;
- II - Quando acidentado no exercício de suas atribuições ou atacado de doença profissional;
- III - Para tratar de interesses particulares;
- IV - Por motivo de doença em pessoa de sua família;
- V - Para cumprir obrigações concernentes ao serviço militar;
- VI - Compulsoriamente, como medida profilática
- VII - Como prêmio de assiduidade.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas I, II, III, IV e V estão corretas
- (B) Apenas II, III, IV, V e VI estão corretas
- (C) Apenas III, IV, V, VI e VII estão corretas
- (D) Todas estão corretas
- (E) Apenas I, VI e VII estão corretas

LEI ESTADUAL 10.261 DE 28/10/1968 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS)

58 - Determina o Artigo 198 do Estatuto dos Funcionários Públicos que à funcionária gestante será concedida licença de ____ dias com vencimento ou remuneração e a licença poderá ser concedida a partir da ____ semana de gestação, mediante documentação que comprove a gravidez e a respectiva idade gestacional.

A alternativa que preenche as lacunas corretamente é:

- (A) 180 dias e 20ª semana
- (B) 180 dias e 32ª semana
- (C) 90 dias e 20ª semana
- (D) 90 dias e 32ª semana
- (E) 120 dias e 32ª semana

LEI ESTADUAL 10.261 DE 28/10/1968 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS)

59 - Na SEÇÃO VII do Estatuto dos Funcionários Públicos que trata da Licença para Tratar de Interesses Particulares fica estabelecido no Artigo 202 que depois de 5 (cinco) anos de exercício, o funcionário poderá obter licença, sem vencimento ou remuneração, para tratar de interesses particulares, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos. Este Artigo ainda define:

- I - Poderá ser negada a licença quando o afastamento do funcionário for inconveniente ao interesse do serviço.
- II- O funcionário deverá aguardar em exercício a concessão da licença.

III - A licença poderá ser gozada parceladamente a juízo da Administração, desde que dentro do período de 3 (três) anos.

IV - O funcionário poderá desistir da licença, a qualquer tempo, reassumindo o exercício em seguida.

V – Esta licença não poderá ser negada, em hipótese alguma, pela Administração.

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) IV
- (E) V

LEI ESTADUAL 10.261 DE 28/10/1968 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS)

60 - No CAPÍTULO VII, do Estatuto dos Funcionários Públicos, Do Direito de Petição, em seus Artigos 239 e 240 fica assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos e também ao servidor é assegurado o direito de requerer ou representar, bem como, nos termos desta lei complementar, pedir reconsideração e recorrer de decisões, no prazo de 30 (trinta) dias, salvo previsão legal específica.

Isso significa que:

I - Qualquer pessoa poderá reclamar sobre abuso, erro, omissão ou conduta incompatível no serviço público.

II - Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.

III – A administração poderá definir os critérios para protocolar, encaminhar ou apreciar a petição, podendo recusar-se a fazê-lo.

IV – Para reclamação sobre abuso, erro, omissão ou conduta incompatível no serviço público é preciso passar por uma comissão nos órgãos intermediários.

Assinale a alternativa com as afirmações corretas:

- (A) Somente I e III estão corretas
- (B) Somente II e IV estão corretas
- (C) Somente I e II estão corretas
- (D) Somente III e IV estão corretas
- (E) Somente II e III estão corretas

LEI ESTADUAL 10.261 DE 28/10/1968 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS)

61) Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos, são deveres do funcionário:

- I - Ser assíduo e pontual;
- II - Cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais;
- III - Desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido;
- IV - Guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências;
- V - Residir no local onde exerce o cargo ou, onde autorizado;
- VI - Apresentar -se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme determinado, quando for o caso.

Com base nas afirmações acima, responda:

- (A) Apenas I, II, III, IV estão corretas
- (B) Apenas II, III, IV, V estão corretas
- (C) Apenas I, II, IV, V estão corretas
- (D) Apenas I, II, III, V, VI estão corretas
- (E) I, II, III, IV, V, VI estão corretas

LEI ESTADUAL 10.261 DE 28/10/1968 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS)

62 - Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos, é proibido ao funcionário:

- I - Retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto existente na repartição;
- II - Entreter-se, durante as horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço;
- III - Deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;
- IV - Tratar de interesses particulares na repartição;
- V - Exercer comércio entre os companheiros de serviço, promover ou subscrever listas de donativos dentro da repartição;
- VI - Proceder na vida pública e privada na forma que dignifique a função pública;
- VII - Empregar material do serviço público em serviço particular.

Com base nas afirmações acima, responda:

- (A) Somente as afirmações I, II, III, IV estão corretas
- (B) Somente as afirmações II, III, IV, VII estão corretas
- (C) Somente as afirmações I, II, IV, V, VII estão corretas
- (D) Somente as afirmações I, II, III, IV, V, VII estão corretas
- (E) Somente as afirmações II, III, IV estão corretas

LEI COMPLEMENTAR 444 – ESTATUTO DO MAGISTÉRIO

63 - No Estatuto do Magistério, Capítulo XI, Seção I, Artigo 61, ficam estabelecidos os Direitos dos integrantes do Quadro do Magistério. São eles:

- I – Ter a seu alcance informações educacionais, bibliografia, material didático e outros

instrumentos que auxilie e estimule a melhoria de seu desempenho profissional e a ampliação de seus conhecimentos;

II – Ter assegurada a oportunidade de frequentar cursos de formação, atualização e especialização profissional;

III – Dispor, no ambiente de trabalho, de instalações e material técnico-pedagógico suficientes e adequados para que possa exercer com eficiência e eficácia suas funções;

IV – Ter liberdade de escolha e de utilização de materiais, de procedimentos didáticos e de instrumento de avaliação do processo ensino-aprendizagem, dentro dos princípios psico-pedagógicos, objetivando alicerçar o respeito à pessoa humana e, a construção do bem comum;

V – Ter assegurada a igualdade de tratamento no plano técnico-pedagógico, independentemente do regime jurídico a que estiver sujeito;

VI – Participar, como integrante do Conselho de Escola, dos estudos e deliberações que afetam o processo educacional;

VII – Participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares;

Assinale a alternativa que está em acordo com a legislação em vigor:

- (A) Apenas as afirmações I, II, III, IV, V e VI estão corretas
- (B) Apenas as afirmações I, II, IV, V, VI, e VII estão corretas
- (C) Apenas as afirmações I, II, III, IV, VI e VII estão corretas
- (D) Apenas as afirmações I, III, IV estão corretas
- (E) Todas as afirmações estão corretas

LEI COMPLEMENTAR 444 – ESTATUTO DO MAGISTÉRIO

64 - No Estatuto do Magistério, Capítulo XI, Seção II, Artigo 63, ficam estabelecidos os Deveres dos integrantes do Quadro do Magistério. São eles:

I – Conhecer e respeitar as leis;

II – Impedir que o aluno participe das atividades escolares em razão de qualquer carência material.

III - Empenhar-se em prol do desenvolvimento do aluno, utilizando processos que acompanhem o progresso científico da educação

IV – Incentivar a participação, o diálogo e a cooperação entre educandos, demais educadores e a comunidade em geral, visando à construção de uma sociedade democrática;

V – Assegurar o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política do educando;

VI – Respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com eficácia de seu aprendizado;

VII – Considerar os princípios psico-pedagógicos, a realidade sócio-econômica da clientela escolar e as diretrizes da Política Educacional da escolha e utilização de materiais, procedimentos didáticos e instrumentos de avaliação do processo ensino-

aprendizagem;
VIII – Não participar do Conselho de Escola;

Assinale a alternativa que aponta as afirmações falsas:

- (A) I e III
- (B) III e IV
- (C) VI e VII
- (D) II e VIII
- (E) III e V

RESOLUÇÃO SE 81 DE 16/12/2011 DIRETRIZES ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

65 - O Artigo 2º da Resolução 81 de 16/12/2011 estabelece que o ensino fundamental terá sua organização curricular desenvolvida em regime de progressão continuada, estruturada em 9 (nove) anos, constituída por dois segmentos de ensino (ciclos):

I - _____, correspondendo ao ensino do 1º ao 5º ano;

II - _____, correspondendo ao ensino do 6º ao 9º ano.

Escolha a alternativa que preencha corretamente as lacunas com a nomenclatura dos dois ciclos:

- (A) Anos alfabetizadores e Anos Terminais
- (B) Anos Alfabetizadores e Anos Complementares
- (C) Anos Complementares e Anos Terminais
- (D) Anos Iniciais e Anos Finais
- (E) Anos Iniciais e Anos Complementares

RESOLUÇÃO SE 81 DE 16/12/2011 DIRETRIZES ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

66 - No Artigo 7º da Resolução SE 81 fica estabelecido que o Ensino Religioso, _____ à escola e _____ ao aluno, será oferecido aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, se houver demanda, na conformidade do que dispõe a Resolução SE nº 21, de 29.1.2002.

Escolha a alternativa que preencha corretamente as lacunas conforme a legislação estabelece:

- (A) Obrigatório e Facultativo
- (B) Facultativo e Obrigatório
- (C) Necessário e Obrigatório
- (D) Necessário e Contemplativo
- (E) Contemplativo e Obrigatório

RESOLUÇÃO SE 73 DE 29/12/2014 REORGANIZAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL E APOIO ESCOLAR

67 - Conforme Resolução SE 73 de 2014, no seu Artigo 4ª fica estabelecido que o Ensino Fundamental em Regime de Progressão Continuada será reorganizado, a partir de 2014, em 3 (três) Ciclos, compreendidos como espaços temporais interdependentes e articulados entre si, ao longo dos nove anos:

I) Ciclo Interdisciplinar: compreendendo do 1º ao 3º anos iniciais do Ensino Fundamental. Ciclo de Alfabetização: compreendendo do 4º ao 6º anos do Ensino Fundamental. Ciclo Autoral: compreendendo do 7º ao 9º anos do Ensino Fundamental

II) Ciclo de Alfabetização: compreendendo do 1º ao 3º anos iniciais do Ensino Fundamental. Ciclo Interdisciplinar: compreendendo do 4º ao 6º anos do Ensino Fundamental. Ciclo Autoral: compreendendo do 7º ao 9º anos do Ensino Fundamental

III) Ciclo Autoral: compreendendo do 1º ao 3º anos iniciais do Ensino Fundamental. Ciclo Interdisciplinar: compreendendo do 4º ao 6º anos do Ensino Fundamental. Ciclo de Alfabetização: compreendendo do 7º ao 9º anos do Ensino Fundamental

IV) Ciclo de Alfabetização: compreendendo do 1º ao 3º anos iniciais do Ensino Fundamental. Ciclo Intermediário: compreendendo do 4º ao 6º anos do ensino Fundamental. Ciclo Final: Compreendendo do 7º ao 9º anos do ensino Fundamental.

V) Ciclo de Alfabetização: compreendendo do 1º ao 3º anos iniciais do Ensino Fundamental. Ciclo Interdisciplinar: compreendendo do 4º ao 6º anos do Ensino Fundamental. Ciclo Estrutural: compreendendo do 7º ao 9º anos do Ensino Fundamental

Assinale a alternativa correta quanto à nomenclatura dos Ciclos:

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) IV
- (E) V

RESOLUÇÃO SE 73 DE 29/12/2014 REORGANIZAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL E APOIO ESCOLAR

68 - No artigo 5º da Resolução 73 de 2014 fica estabelecido que o Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º ano) tem como finalidade propiciar aos alunos a alfabetização, o letramento das diversas formas de expressão e de iniciação ao aprendizado de Matemática, Ciências, História e Geografia, de modo a capacitá-los até o final deste Ciclo, a fazer uso da leitura, da linguagem escrita e das diversas linguagens utilizadas nas diferentes situações de vida, dentro e fora do ambiente escolar. No parágrafo 1º, ao final do 3º ano, o aluno que não se apropriar das competências e habilidades previstas para o Ciclo de Alfabetização, deverá permanecer por mais _____ neste Ciclo, em uma classe de recuperação intensiva.

A alternativa que preenche a lacuna corretamente é:

- (A) Três anos
- (B) Dois anos
- (C) Um ano
- (D) Quatro anos
- (E) Cinco anos

DELIBERAÇÃO CEE 73/08 E INDICAÇÃO CEE 73/08 ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

69 - O artigo 6º da Deliberação CEE 73/08 determina que no ano letivo de 2010, o Sistema Estadual de Ensino, em regime de colaboração com as redes e sistemas municipais de ensino garantirá a matrícula de todas as crianças que completarem 6 anos até _____.

A alternativa que preenche a lacuna corretamente é:

- (A) 30 de Agosto
- (B) 30 de Junho
- (C) 30 de Outubro
- (D) 30 de Fevereiro
- (E) 30 de Abril

DELIBERAÇÃO CEE 73/08 E INDICAÇÃO CEE 73/08 ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

70 - A deliberação CEE 73/08 estabelece que na elaboração da Proposta Pedagógica, a equipe escolar deve especialmente atentar para as seguintes necessidades:

I - Da articulação entre as demandas e as características da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, procurando prever mecanismos de interação entre a família, a escola e a comunidade, de modo que não haja prejuízo da oferta de Educação Infantil e seja preservada sua identidade pedagógica;

II - Da preservação do “continuum” formativo que se estende ao longo dos nove anos, mediante à aquisição de conhecimentos contextualizados, habilidades e atitudes que atendam às especialidades da segunda infância e àquelas que se caracterizam o desenvolvimento da adolescência;

III - Da qualificação didática e flexibilidade dos tempos escolares, especialmente no período destinado à alfabetização, sem perder de vista o cumprimento da carga horária mínima anual de oitocentas horas e mínimo de duzentos dias letivos de efetivo trabalho escolar;

IV - Da readequação da organização escolar vigente, assegurando mecanismos de avaliação contínua e de recuperação que busquem, continuamente, a permanência do aluno no grupo idade-ano.

Diante destas afirmações, aponte a alternativa correta:

- (A) As afirmações I, II e III são falsas
- (B) As afirmações I, II e IV são falsas
- (C) As afirmações I, II, III e IV são verdadeiras
- (D) Somente as afirmações I, II e III são verdadeiras
- (E) Somente as afirmações I, II e IV são verdadeiras

PNAIC

71 - Assinale a alternativa falsa sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC):

- (A) O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece a obrigatoriedade de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.
- (B) Constituem indicadores que podem evidenciar o sucesso do PNAIC: resultado da escola nas avaliações das redes e na ANA; ganho de autonomia do educador alfabetizador no uso competente de estratégias e recursos didáticos, independentemente dos livros e dos materiais escolhidos pela rede ou instituição.
- (C) A partir da confirmação ao programa o Estado reafirma seu comprometimento e responsabilização implementando ações como cursos de formação assegurando a constituição de equipes especializadas nos temas de alfabetização, letramento, Língua Portuguesa, Matemática e História e Cultura Afrobrasileira.
- (D) O processo de alfabetização é um direito da criança, assegurada a ela o direito de se alfabetizar até o terceiro ano do ensino fundamental.
- (E) Na formação dos educadores devem ser considerados: o foco nos direitos de aprendizagem a serem alcançados a cada ano letivo, observando-se os referenciais próprios das redes e, quando cabível, o alinhamento à proposta da BNCC.

Resolução SE – 68/13 e SE – 71/14 Projeto Apoio à Aprendizagem - PAA

72 - Responda verdadeiro (v) ou falso (f) para cada uma das sentenças abaixo sobre o Projeto Apoio à Aprendizagem - PAA instituído pela Resolução SE-68/13 e Resolução SE-71/14:

- I) O objetivo básico é o de atender às demandas pedagógicas que se verificarem relativamente às classes dos anos finais do ensino fundamental e das séries do ensino médio, visando a assegurar o cumprimento integral das aulas programadas e dos dias letivos previstos no calendário escolar homologado;
- II) Os docentes ocupantes de função-atividade do Projeto Apoio à Aprendizagem deverão atuar exclusivamente na substituição do professor da disciplina em sua ausência ou impedimento legal;
- III) A composição do módulo dos docentes do Projeto far-se-á pela atribuição de aulas a docentes habilitados/qualificados exclusivamente em Língua Portuguesa;

- IV) O docente do Projeto, segundo a legislação, não poderá atuar como docente eventual, a título de substituição nas ausências e/ou impedimentos legais de outros professores.

Assinale a alternativa correta considerando a ordem I,II, III, IV das proposições acima:

- (A) V-V-V-V
- (B) V-F-F-V
- (C) V-F-F-F
- (D) V-V-F-F
- (E) F-F-F-F

73 - Sobre o Projeto Apoio à Aprendizagem é correto afirmar que:

- (A) A atuação dos docentes do Projeto, quando em substituição a professores da unidade escolar, dar-se-á, sempre que necessário, ministrando aulas de qualquer componente curricular nos anos finais do ensino fundamental e/ou séries do ensino médio, independentemente de sua habilitação/qualificação, desde que com orientação e acompanhamento do Professor Coordenador da escola, exceto na disciplina de Educação Física.
- (B) O módulo de professores do Projeto é definido de acordo com o número de classes dos anos finais do ensino fundamental e das séries do ensino médio que a escola apresentar, na seguinte conformidade: I) até 10 classes por turno de funcionamento – 01 docente do Projeto por turno; II) de 11 a 15 classes por turno de funcionamento – 02 docentes do Projeto por turno; III) mais de 15 classes por turno de funcionamento – 03 docentes do Projeto por turno.
- (C) A atuação do docente do Projeto nas atividades de apoio escolar, ouvido o professor das disciplinas, ocorrerá simultaneamente às atividades desenvolvidas no horário das respectivas aulas regulares, mediante atendimento por grupo de, no máximo 5 (cinco) alunos.
- (D) Cada classe poderá contar com o docente do Projeto em 2 (duas) aulas semanais para cada disciplina (Língua Portuguesa e Matemática) não podendo ultrapassar esse limite.
- (E) Caberá aos docentes das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática deixarem seus Planos de Trabalhos para que o docente do Projeto siga as orientações dos referidos Planos de Trabalhos.

Proposta Curricular para o Ensino Fundamental II e Médio

74 - A elaboração da Proposta Curricular para o ensino fundamental II e Médio apresenta alguns princípios orientadores para uma escola capaz de promover as competências indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais, culturais e profissionais do mundo contemporâneo. Responda a alternativa correta:

- (A) A proposta curricular tem como princípio central: o foco na liberdade da escola estabelecer uma metodologia mais adequada de ensino de acordo com as necessidades educativas e culturais de seus educandos;

(B) A prioridade das competências de leitura e escrita, por ter seu foco nas séries iniciais do ensino fundamental, é menos explorada no ensino fundamental II e médio por conta do extenso conteúdo e diversas disciplinas que compõem esse currículo;

(C) A proposta curricular tem como princípio central o foco na forma de ensinar do professor e a preparação do jovem ao ingresso no ensino superior, pautando-se pelos conteúdos exigidos nos exames vestibulares.

(D) A proposta curricular tem como princípios centrais: a escola que aprende, o currículo como espaço de cultura, as competências como eixo de aprendizagem, a prioridade da competência de leitura e de escrita, a articulação das competências para aprender e a contextualização no mundo do trabalho.

(E) A proposta curricular tem como princípio a transmissão cultural, tendo o aluno o direito de acessar o currículo historicamente construído, sendo, convidado a expressar suas ideias, opiniões, conceitos e atitudes.

75 - Indique verdadeiro ou falso para cada uma das seguintes proposições a respeito da Proposta Curricular do Estado de São Paulo para os níveis de ensino fundamental II e médio:

I) Em virtude da centralidade da linguagem no desenvolvimento da criança e do adolescente que esta Proposta Curricular prioriza a competência leitora e escritora... Para desenvolvê-la é indispensável que seja objetivo de todas as disciplinas do currículo, ao longo de toda a escolaridade básica.

II) Tal radicalismo na centralidade da competência leitora e escritora, que leva a colocá-la como objetivo de todas as séries e todas as disciplinas, coloca aos gestores (a quem cabe a gestão continuada na escola) a necessidade de criar oportunidades para que os docentes também desenvolvam essa competência – por cuja constituição, nos alunos, são responsáveis.

III) Educar para a vida, então a quantidade e a qualidade do conhecimento têm de ser determinadas por sua relevância para a vida de hoje e do futuro, além dos limites da escola. Portanto, mais que os conteúdos isolados, as competências são guias eficazes para educar para a vida. As competências são mais gerais e constantes, e os conteúdos, mais específicos e variáveis.

IV) Alfabetizar-se tecnologicamente é entender as tecnologias da história humana como elementos da cultura, como parte das práticas sociais, culturais e produtivas, que por sua vez são inseparáveis dos conhecimentos artísticos e linguísticos que as fundamentam. A educação tecnológica básica tem o sentido de nos preparar para viver e conviver em um mundo no qual a tecnologia está cada vez mais presente.

V) São finalidades do ensino médio a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se

adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.

É correta a alternativa, respeitando-se a ordem I, II, III, IV e V:

- (A) V-V-V-V-V
- (B) F-F-F-F-F
- (C) F-V-V-V-V
- (D) V-V-V-V-F
- (E) V-F-V-V-F

76 - No ensino das disciplinas da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, deve-se levar em conta, em primeiro lugar, que os alunos se apropriam mais facilmente do conhecimento quando ele é contextualizado, ou seja, quando faz sentido dentro de um encadeamento de informações, conceitos e atividades. Dados, informações, ideias e teorias não podem ser apresentados de maneira estanque, separados de suas condições de produção, do tipo de sociedade em que são gerados e recebidos, de sua relação com outros conhecimentos. Do nosso ponto de vista, a contextualização pode se dar em três níveis:

- (A) Acadêmica – informal – profissional
- (B) Propedêutica – asséptica – interna
- (C) Uniforme – circular – elíptica
- (D) Sincrônica – diacrônica – interativa
- (E) Central – periférica – modal

77 - Considerando o documento Proposta Curricular do Estado de São Paulo para os níveis de ensino fundamental II e médio, a inclusão da Matemática na área de Ciências:

- (A) Teve o efeito de comprometer a interdisciplinaridade, já que os códigos matemáticos não estão alheios às linguagens humanas;
- (B) Trouxe prejuízos para o fortalecimento do campo de estudo da matemática como linguagem própria que necessita ser melhor apropriada pela grande maioria dos estudantes;
- (C) Beneficiou os estudantes de modo geral, pois o estudo e a importância da matemática enquanto ciência representa um fim em si mesmo;
- (D) Trouxe benefícios para a organização dos PCN, já que a linguagem matemática possui suas regras próprias, códigos, símbolos e signos.
- (E) Teve efeito salutar, no caso dos PCN, de minimizar o risco de que o conteúdo matemático fosse concebido como um fim em si mesmo, enfatizando sua condição instrumental.

78 - Na construção do Modelo Pedagógico do Programa Ensino Integral, quatro princípios educativos fundamentais foram eleitos para orientar a constituição

das suas metodologias, sempre como referência a busca pela formação de um jovem autônomo, solidário e competente. São estes os quatro princípios:

- (A) A Educação Interdimensional, A Pedagogia da Presença, Os 4 Pilares da Educação para o Século XXI e o Protagonismo Juvenil.
- (B) A Educação para a sustentabilidade, A Pedagogia da Escuta, A Pedagogia do afeto; A formação para o mundo do trabalho.
- (C) A Educação para a paz, A Pedagogia da Integralidade, Educação cidadã, A Pedagogia da Escuta.
- (D) Pedagogia da autonomia, Pedagogia da Solidariedade, Pedagogia das Competências, Educação Política
- (E) Educação Política, Educação Cidadã, Educação para o trabalho, Os 4 Pilares da Educação para o Século XXI.

79 - Considere as proposições a respeito das Diretrizes do Programa Ensino Integral.

- I) O Programa Ensino Integral tem como aspectos : 1) jornada integral de alunos, com currículo integralizado, matriz flexível e diversificada; 2) escola alinhada com a realidade do jovem, preparando os alunos para realizar seu Projeto de Vida e ser protagonista de sua formação; 3) infraestrutura com salas temáticas, sala de leitura, laboratórios de ciências e de informática e; 4) professores e demais educadores em Regime de Dedicação Plena e Integral à unidade escolar.
- II) O Regime de Dedicação Plena e Integral estabelece a atuação dos profissionais por 40 horas semanais para que as equipes escolares das escolas de Ensino Integral possam fazer frente às exigências do modelo, permitindo-lhes maior proximidade com alunos e comunidade escolar.
- III) As práticas e vivências em Protagonismo Juvenil consistem em oportunidades para o aprendizado de habilidades fundamentais de gestão, cogestão e heterogestão – de si próprio, do conhecimento e do seu projeto de vida. Para que os alunos possam exercê-la de forma adequada, para organizá-la institucionalmente, há a indicação dos líderes de turma.
- IV) Os Clubes Juvenis, espaços destinados à prática do Protagonismo Juvenil, principalmente quanto à autonomia e à capacidade de organização e gestão, são concebidos para se constituírem a partir dos interesses dos estudantes, que podem ser diversos dos interesses da formação escolar, fazendo com que os jovens aprendam a responder por suas ações;

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas I e II são verdadeiras

- (B) Apenas I, II e III são verdadeiras
- (C) Todas são verdadeiras
- (D) Apenas a II é falsa
- (E) Todas são falsas

80 - A respeito do documento Orientações Curriculares Português e Matemática do Ciclo I, aponte a alternativa falsa:

- (A) A concepção de alfabetização tem como objetivo maior possibilitar que todos os alunos se tornem leitores e escritores competentes.
- (B) Para que as expectativas de aprendizagem dos alunos em relação às práticas de produção de texto possam ser concretizadas é necessário que se planeje e organize situações didáticas tais como: Atividades em que o professor assuma a posição de escriba para que os alunos produzam um texto oralmente com destino escrito, levando-os a verificar a adequação do escrito do ponto de vista discursivo, relendo em voz alta, levantando os problemas textuais;
- (C) Atividades de escrita ou reescrita em duplas, em que o professor orienta os papéis de cada um: quem dita, quem escreve e quem revisa, alternadamente.
- (D) Atividades alfabetizadoras que tenham uma sequência lógica a partir da ordem alfabética, iniciando a introdução ao universo escrito com a apresentação das vogais, sílabas, encontros vocálicos, palavras e frases numa ordem crescente de dificuldade.

81 - “A contextualização dos conhecimentos ajuda os alunos a torná-los mais significativos estabelecendo relações com suas vivências cotidianas, atribuindo-lhes sentido. Porém, é preciso também promover a sua descontextualização, garantindo que possam observar regularidades, buscar generalizar e transferir tais conhecimentos a outros contextos, pois um conhecimento só se torna pleno quando puder ser aplicado em situações diferentes daquelas que lhe deram origem.” O excerto faz parte do documento Orientações Curriculares do Estado de São Paulo para Língua Portuguesa e Matemática do Ciclo I, nas expectativas de aprendizagens para matemática. A concepção presente é de uma educação:

- (A) Tradicional
- (B) Participativa
- (C) Transmissiva
- (D) Bancária
- (E) Centrada no professor

Temas Transversais

82 - Os Parâmetros Curriculares Nacionais ao tratar dos temas transversais consideraram a necessidade de construir referências nacionais comuns ao

processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. Nesse sentido foram incorporadas como Temas Transversais as questões da:

- (A) Ética, da língua portuguesa e da matemática, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo.
- (B) Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual.
- (C) Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo.
- (D) Ética, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo.
- (E) Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo, da área de arte.

83 - Os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao propor uma educação comprometida com a cidadania elegeram, baseados no texto constitucional, princípios segundo os quais devam orientar a educação escolar:

- (A) Direitos de aprendizagem, campos de experiências, expectativas de aprendizagem;
- (B) Competências, habilidades, conteúdos e criticidade;
- (C) Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser;
- (D) Dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação, corresponsabilidade pela vida social
- (E) Diagnóstico, planejamento, ação pedagógica, avaliação.

84 - Para cada um dos itens abaixo descritos, responda a alternativa correta:

I) O trabalho com questões sociais exige que os educadores estejam preparados para lidar com as ocorrências inesperadas do cotidiano. Existem situações escolares não programáveis, emergentes, às quais devem responder, e, para tanto, necessitam ter clareza e articular sua ação pontual ao que é sistematicamente desenvolvido com os alunos de modo coerente;

II) os temas não constituem novas áreas, pressupondo um tratamento integrado nas diferentes áreas;

III) a perspectiva transversal aponta uma transformação da prática pedagógica, pois rompe o confinamento da atuação dos professores às atividades pedagogicamente formalizadas e amplia a responsabilidade com a formação dos alunos;

IV) a inclusão dos temas implica a necessidade de um trabalho sistemático e contínuo no decorrer de toda a escolaridade, o que possibilitará um tratamento cada vez mais aprofundado das questões eleitas.

V) A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles — questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida e historicamente se constituiu.

Responda a alternativa correta:

- (A) Somente o item V é falso;
- (B) Todos os itens são verdadeiros;
- (C) Os itens I e V são falsos;
- (D) Somente o item I é falso;
- (E) Somente o item III é falso.

Deliberação CEE 124/14 – EJA

85 - A Deliberação CEE nº 124/14 – dispõe sobre exames e cursos de educação de jovens e adultos oferecidos por instituições públicas e privadas no sistema de ensino do Estado de São Paulo. Considere os itens abaixo descritos:

- I) Os cursos presenciais que correspondem aos quatro anos finais do ensino fundamental devem ser organizados com duração mínima de 24 meses e carga horária de 1600 horas de efetivo trabalho escolar, exigindo-se do aluno idade mínima de 14 anos completos para o início do curso.
- II) Os cursos presenciais que correspondem ao ensino médio devem ser organizados com duração mínima de 18 meses e carga horária mínima de 1200 horas de efetivo trabalho escolar, exigindo-se do aluno a idade mínima de 18 anos completos.
- III) Nos cursos de educação de jovens e adultos a distância, públicos e privados, a certificação será realizada pelo próprio estabelecimento, observadas as idades mínimas de 14 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio.
- IV) Os alunos egressos dos cursos de educação de jovens e adultos poderão ser recebidos na rede regular de ensino, a critério da escola, mediante processo de classificação/reclassificação conforme dispõe o art. 23, §1º, e o art. 24, inciso II, da Lei 9394/1996.

São verdadeiras as afirmações:

- (A) I, II, III, IV
- (B) II, IV
- (C) I, III
- (D) I, II, III

(E) Apenas a IV

Parecer CEE 67/98 Normas Regimentais Básicas para as EE

86 - Das Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais, indique verdadeiro (v) ou falso (f) para cada uma das afirmações abaixo:

- () I) O plano de gestão terá duração quadrienal.
- () II) O plano de ensino, elaborado em consonância com o plano de curso constitui documento da escola e do professor, devendo ser mantido à disposição da direção e supervisão de ensino.
- () III) As escolas contarão com os seguintes colegiados: I-Conselho de escola, II-Conselhos de classe e série.
- () IV) O conselho de escola poderá elaborar seu próprio estatuto e delegar atribuições a comissões e subcomissões, com a finalidade de dinamizar sua atuação e facilitar a sua organização.
- () V) Os conselhos de classe e série serão constituídos por todos os professores da mesma classe ou série e não contarão com a participação de alunos no processo de avaliação do rendimento discente.

Responda a alternativa que representa a ordem I,II,III, IV e V das afirmações acima:

- (A) V-V-V-V-V
- (B) V-F-V-V-F
- (C) V-F-F-F-F
- (D) V-V-V-V-F
- (E) V-V-V-F-F

87 - Nas Orientações Didáticas Fundamentais sobre as Expectativas de Aprendizagens da Língua Portuguesa são apontados vários eventos de comunicação. O trabalho com a linguagem oral, na perspectiva do documento, está presente:

- I. Em situações em que os alunos aprendam sua vez de falar; respeitem a vez do colega; falem em voz alta, clara e de maneira bem articulada.
- II. No reconto como repetição textual, sendo um recurso para o ensino da linguagem oral;
- III. No ler em voz alta;
- IV. Nas situações de comunicação oral requeridas para a participação na vida escolar, quanto nas que se realizam em instâncias públicas extraescolares, fundamentais para o exercício da cidadania;
- V. Entre os gêneros priorizados para os anos iniciais estão a recomendação literária oral (típica de uma Roda de Leitores), a exposição de conteúdo de estudo e pesquisa (típica de seminários e discussões coletivas de estudo), a apresentação de opiniões (típica de debates e mesas-redondas).

Indique a alternativa correta que contemple o trabalho com a linguagem oral:

- (A) I, II, III, IV, V
- (B) II, III, IV, V
- (C) III, IV, IV
- (D) IV, V
- (E) V

88 - As “Orientações Didáticas Fundamentais Sobre as Expectativas de Aprendizagem do Ensino de Língua Portuguesa” apresentam o conjunto das operações de produção textual, são elas:

- (A) Antecipação, inferência, verificação.
- (B) Contextualização, elaboração e tratamento dos conteúdos temáticos, planificação, textualização e revisão do texto.
- (C) Código, grafema, fonema, interlocutor e receptor, tratamento da informação.
- (D) Análise, síntese, resumo, fichamento, encadeamento final de ideias.
- (E) Metáfora, metonímia, hipérbole, prosopopeia

89 - O Programa Ler e Escrever traz importantes aspectos a respeito do planejamento de atividades alfabetizadoras promotoras de aprendizagens e desenvolvimento respeitando-se a faixa etária em questão. Sobre a prática de organização do espaço da sala de aula com o auxílio de cantos de atividades diversificadas o documento indica que:

- (A) Essa proposta tem função decisiva na formação pessoal e social e na construção da autonomia da criança, uma vez que prescinde de um controle direto do professor. Por outro lado, permite que ele observe mais atentamente os problemas enfrentados pelas crianças, suas dificuldades, aprendizagens, gostos e interesses, o que muito o auxiliará no replanejamento pedagógico.
- (B) Os cantos devem possibilitar: a participação em situações de brincadeiras e jogos nas quais se podem escolher parceiros, materiais, brinquedos etc.; a participação em situações que envolvam a combinação de algumas regras de convivência em grupo e aquelas referentes ao uso dos materiais e do espaço; a valorização do diálogo como forma de lidar com os conflitos; a valorização dos cuidados com os materiais de uso individual e coletivo.
- (C) O professor pode organizar o espaço em função do que se espera que as crianças desempenhem: um canto mais aconchegante e acolhedor para atividades que exigem maior concentração; outro mais aberto e livre para atividades que pressupõem maior movimentação, como alguns jogos.
- (D) Diversificar propostas a cada dia a fim de que as crianças tenham maiores possibilidades de escolha.

(E) Todas as alternativas estão corretas.

90 - O Documento Ler e Escrever, Guia de Planejamento e Orientações Didáticas do professor alfabetizador – 1º ano, traz algumas situações das práticas alfabetizadoras. Uma delas é a leitura dos nomes das crianças da sala. Indique a alternativa falsa:

- (A) O nome é parte da identidade de cada um e, como tal, tem valor intrínseco. Por isso, ler e escrever o próprio nome e o de alguns colegas da classe são aprendizagens que carregam um significado emocional importante. Além disso, os nomes assumem grande valor para a aprendizagem do sistema alfabético.
- (B) A partir de situações em que é preciso ler ou escrever seu próprio nome (ou de algum colega), colocam-se problemas interessantes que contribuem para ampliar os conhecimentos dos alunos sobre a organização do sistema de escrita alfabético.
- (C) Ao considerar o conjunto de nomes dos colegas, as crianças observam que todos eles são escritos somente com as letras do alfabeto, não há grafismos inventados para cada nome;
- (D) Aos nomes escritos na lista de nomes da sala devem constar a correspondente foto das crianças ou, senão, destacar a primeira letra do nome para que ela estabeleça apoio para sua correta identificação.
- (E) Esse conjunto de palavras conhecidas (lista dos nomes da classe) funciona como um importante “material de consulta”: ao escrever determinada palavra, as crianças aprendem a buscar na lista de nomes dos colegas informações que lhes permitam escrever de maneira mais próxima da convencional outras palavras cuja escrita não dominam.